

A CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Antônia Lucilene de Lima¹
Erbeneide de Abreu Freire²
Felícia Colaço Pinheiro³
Maria Izonete Lima de Sousa⁴
Rose Anne Batista da Silva⁵

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo contribuir para a prática profissional, para realizar se fez preciso pesquisas entre livros, apostilas com assunto sobre AEE que falasse sobre crianças com Síndrome de Dawn abordando assim Deficiência Intelectual (DI), como também em sites relacionados ao tema. O estudo sobre crianças que estão no grupo do DI como forma de se especializar, reconhecer e trabalhar estas crianças sem excluir do meio e da comunidade escolar, pois devemos inserir está criança entre pessoa que não fazem parte de seu rol familiar, mostrar que ela possui capacidade de evoluir, basta que sejam estimuladas e inseridas em um ambiente de igualdade. Pretende-se através deste estudo aperfeiçoar o conhecimento sobre o tema Deficiência Intelectual.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especializado. Síndrome de Down. Inclusão escolar.

ABSTRACT: This work aims to contribute to professional practice, to carry out research between books, handouts with a subject on SES that talked about children with Dawn Syndrome, thus addressing Intellectual Disability (ID), as well as on websites related to the theme . The study of children who are in the ID group as a way of specializing, recognizing and working with these children without excluding them from the school environment and community, as we must include this child among people who are not part of their family role, show that they have ability to evolve, they just need to be encouraged and placed in an environment of equality. It is intended through this study to improve knowledge on the topic of Intellectual Disability.

KEYWORDS: Specialized Education. Down's syndrome. School inclusion.

INTRODUÇÃO

Após os 500 anos de emancipação do Brasil, as contextualizações das histórias das instituições estão voltadas para a educação e a que mais chama atenção é a da educação infantil. A nossa história é uma mistura, miscigenação e por isso somos hoje um país para todos ou quase todos, pois existe uma grande desigualdade social sem contar com as diferenças de classes, isso são fatores gritantes que abrange o nosso país. Na época da independência com seus reinados teve inicio a nação democrática a partir daí foram criados projetos para contribuir na educação infantil, como em todo governo teve erros e

avanços. Depois veio o regime dos militares que contribuíram para alguns prejuízos de grande significância para nossa educação.

Podemos perceber através dos estudos que a nossa educação foi sendo formada de acordo com as necessidades que iam surgindo na sociedade. A nossa história foi acontecendo aos poucos e não foram por acaso, ela foi trabalhada lapidada, delineada, usando como base as diretrizes, foram anos de lutas e derrotas, conquistas e vitórias. Nas últimas décadas tivemos avanços e o Brasil vive um processo de desenvolvimento que podemos concluir como avançou. O Brasil lançou mão do crescimento da economia e das novas legislações de Emenda Constitucional e tem permitido ao país aumentar o índice da educação.

Para que possa avançar mais o Brasil precisa criar condições para que haja nas políticas educacionais a melhoria da qualidade de ensino. Há uma sintonia com os movimentos nacionais e internacionais para melhoria do atendimento a infância que se tornou referencia a partir da Declaração Universal dos Direitos da Criança no qual este movimento luta por creche que deixou de ser visto como um favor para ser como um direito de todas as crianças.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O governo federal teve a preocupação de estudar uma maneira de trazer as crianças que não frequentavam a escola regular por motivo de alguma deficiência, promovendo assim o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor ou qualquer outra forma de discriminação, criou-se então a política Nacional de Educação na perspectiva da Educação Inclusiva, o governo trocou metas para o país cumprir em dez anos. A principal polêmica ocorreu por conta das crianças e jovens com deficiência, antes onde a escolarização era privilégio de um grupo, hoje a escolarização já alcança uma boa demanda de crianças e jovens que frequenta a escola regular. (BRASIL, 2008)

Foi a partir de 1961 que o atendimento as pessoas chamadas “excepcionais” teve que se enquadrar no sistema geral de educação para integrá-los na comunidade, depois na

década de 71 o MEC cria a segunda lei de diretrizes e bases educacionais do Brasil, esta lei é da época da ditadura que veio substituir a anterior. A lei 5.692 reza que os alunos que possuíssem deficiências mentais ou físicas deveriam receber tratamento especial. Em 1988 a Constituição Federal trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, onde o Estado tem o dever de garantir um atendimento educacional especializado a estes jovens portadores de deficiência. (BRASIL, 2008)

O Plano Nacional da Educação tem a meta 4 onde garante a universalizar o acesso a educação básica para a população de 4 a 17 anos. A inclusão no Brasil esta ainda correndo muito lento, mas é inegável que muito já se avançou em matéria de inclusão é só observar os históricos passados até os dias atuais como foi contextualizado anteriormente iremos constatar que muito foram às conquistas. De fato, o que importa é sabermos em que meio as ideias adversas têm-se conseguido romper com barreiras que nos parecia intransponíveis. (BRASIL, 2008)

Antes que viesse utilizar o termo DI o grupo de pessoas com deficiência intelectual eram rotulados como débil retardado mental. Após os 500 anos de emancipação do Brasil, sua história se voltou para a educação. A nossa história é uma grande mistura. No período da independência iniciou uma nação democrática onde foram criados projetos, mas nestes projetos não havia lugar para a inclusão já que por muito tempo crianças com DI eram consideradas, loucas, débil. No período deste governo houve grandes erros como também houve avanços. Depois os militares tomaram o governo e durante esse regime houve grandes prejuízos de grande significância para a nação na área da educação. O interesse por este estudo surgiu mediante a observação de como a educação vem sendo trabalhada na realidade brasileira. A educação brasileira enfrentou muitos entraves onde a escola se tornou um lugar de depósitos de crianças, jovens e adultos, se tornou bastante preocupante a nossa educação. É percebido através de estudos que a nossa educação foi sendo formada de acordo com as necessidades que iam surgindo na sociedade. A nossa história foi acontecendo aos poucos e aos poucos ela foi sendo lapidada para que algum dia pudesse ter uma educação de qualidade para todos.

Assim como os entraves, a história da educação teve também desafios. Sabemos que o governo federal estabeleceu metas e tais metas têm prazos para serem atingidos. Em abril de 2007 o Plano Nacional de Educação, lançou o Plano de Desenvolvimento da

Educação (PDE), depois um grupo não governamental criou um projeto com metas para serem atingidos até 2022, pois é exatamente nesta época que o Brasil completa 200 anos de independência o projeto se chama “Todos pela Educação”. Se observarmos as metas, veremos que muitos programas foram feitos em prol do crescimento educacional do país. A inclusão de crianças que apresentam alguma necessidade especial não foi muito citada nas metas, apenas que deveriam ser incluídos nas escolas regulares, mas o governo não citou programas que ajudem este profissional que fica com esta criança em sala regular.

Podemos perceber que um grupo de pessoas lutou para eu os antes rotulados como “incapacitados” fossem incluídos na educação e destruiu as interpretações feitas ao longo dos anos a carga negativa que foi consolidada no passado. Antes, estes termos nos permitiam diferenciar a deficiência mental da “doença mental” e isso era uma problemática por que afetava a maneira de lidar como também trabalhar na prática com os portadores de deficiência mental na área pedagógica.

A escola tem uma grande importância na vida às pessoas que pertencem a este grupo. Um portador de deficiência intelectual tem tanta capacidade de aprendizagem como um que se diz “sã” entendemos que o que possui DI, seu aprendizado de forma diferenciada necessitando de estratégias pedagógicas apropriadas para este sujeito. As interferências feitas para o grupo de DI têm de auxiliar na sua autonomia. O aluno que pertence ao grupo DI é beneficiado de inúmeras mediações caracterizando as relações que são estabelecidas no espaço escolar.

É através do Estudo do caso que visa formar ou construir um perfil do aluno que possibilita ao profissional elabora um plano de intervenção do AEE e este estudo deve ser elaborado junto com o professor da sala regular e outros profissionais para que assim busquem uma solução, cabe ao profissional do AEE acolher a queixa trazida pelos pais da criança ou pelo professor a respeito de suas dificuldades enfrentadas por estes no contexto escolar.

É preciso saber que a forma como o aluno se relaciona com o saber tem o papel importante em seu processo de aprendizagem. A concepção da Educação Especial nesta perspectiva da Educação Inclusiva busca superar a visão do caráter substitutivo da Educação Especial ao ensino comum, como visa às diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação

Especial. A Educação inclusiva tem provocado mudanças na escola e na formação docente que beneficia todos os alunos.

A organização de uma escola para todos prevê o acesso à escolarização e ao atendimento às necessidades educacionais especiais procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, que estão excluídos da efetivação do direito à educação e que estão fora da escola ou enfrentam barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar. Cabe a escola acolher todos, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. Cabe a escola articular junto a gestão da sua rede de ensino, as condições necessárias para a implantação das salas de recursos multifuncionais, bem como a definição de procedimentos pedagógicos e a participação dos pais ou responsáveis.

O atendimento educacional especializado não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas devem constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos.

Salienta-se que o professor da sala de recursos multifuncionais deverá participar das reuniões pedagógicas, do planejamento, dos conselhos de classe, da elaboração do projeto pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar.

O professor mobiliza os diferentes recursos disponíveis e fez uma articulação com o professor do ensino comum, o aprendizado não se dá com trabalhos repetitivos, com os jogos pedagógicos podem ser confeccionados pelos professores, devendo obedecer a critérios de tamanho, espessura, peso e cor.

A letra ampliada, em Braille, digital em Libras com simbologia gráfica e pranchas de comunicação temáticas correspondentes à atividade proposta pelo professor; livros de

histórias visuais, livro falado, livros históricos adaptados com velcro e com separador de páginas.

Um aluno com deficiência intelectual se faz necessário apresentar atividades ou situações desafiadoras para que ele venha resolver uma determinada situação problema, é importante que o professor do AEE proponha atividades que promovam a vinculação do aluno com êxito, bem como organizar situações de aprendizagem a partir dos interesses manifestados pelo aluno e escolhas diante das possibilidades existentes. A oferta destas diferentes opções de atividades tem influência no desenvolvimento da autonomia e na independência do aluno frente às diferentes situações de aprendizagem.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O jogo, para Jean Piaget em sua obra “A formação de Símbolos da Criança”, em 1946, Jean Piaget relaciona a brincadeira e o jogo com desenvolvimento cognitivo da criança. Ele classifica o jogo em quatro tipos de exercícios, jogos de construção, jogos simbólicos, jogos de regras. ULBRA, 2006-2016, PP. 52.

Para Paulo Freire o trabalho coletivo ajuda construir autonomia com responsabilidade. Desafia a superação dos limites pessoais e valoriza a atuação de cada trabalho/educador que tenha como compromisso a prática de uma pedagogia da libertação ou da “educação como pratica da liberdade” DICIONÁRIO PAULO FREIRE, 2ª edição. PP. 77.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos que a deficiência vem de longos tempos e a história das pessoas com deficiência é citada também nos livros evangélicos e a historia das pessoas com deficiência não encerra no passado, é importante refletir a cerca das políticas educacionais que visam ou falam as práticas inclusivas direcionadas ao grupo de pessoas com deficiência, pois, a história está sendo construída e lapidada de acordo com as necessidades que irão surgindo. Há uma sintonia com os movimentos nacionais e internacionais para melhoria do atendimento a infância que se tornou referencia a partir

da Declaração Universal dos Direitos da Criança. Na esteira da abertura políticas públicas, essas pessoas conseguiram ao longo dos anos unirem forças para alavancar, junto os outros solidários e sensíveis à causa da Inclusão, a bandeira de defesa dos direitos que são legítimos.

REFERÊNCIAS

A Educação Especial na Perspectiva da inclusão escolar, PP. 7 a 18 (apostila)

Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Básica, PP. 299 a 304.

Apostila, Histórias e normas da Educação Especial Lv. Nos limites da ação – preconceito inclusão e deficiência, PP. 52. **ULBRA**, 2006 – 2016

FREIRE, Paulo. **Dicionário**, Editora Autêntica, 2ª Edição, ano 2008

Planejando a próxima década, conhecendo as 20 metas, ano 2015 (apostila)

DOCE PEDAGOGIA, WWW.doce-pedagogia.blogspot.com.br, acesso em Inclusão, saberes, reflexões e possibilidades de uma proposta em construção, Editora UECE, PP. 21-120.